

# A subnotificação sistemática do assassinato de travestis e demais pessoas trans

Ao se abster de mapear ou informar sobre o transfeminicídio, o Estado se exime da responsabilidade de pautar políticas de segurança. A quem interessa a omissão destes números?

**Bruna Benevides**  
23 de junho de 2020

DIEGO PADGURSCHI/FOLHAPRESS



Bandeira do movimento T, com as cores azul, branco e rosa, na Parada do Orgulho LGBTI

No dia 28 de junho de 1969, um grupo de pessoas LGBTI, liderado por duas Travestis, Marsha P Johnson e Sylvia Rivera, enfrentou a repressão policial e marcou a data como a Revolta de Stonewall, um momento em que pela primeira vez a comunidade LGBTI se organizou para lutar pelo direito à liberdade.

Estamos no mês do orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI), movimento organizado que luta contra as injustiças e violências motivadas pela discriminação pela orientação sexual e/ou identidade de gênero não hegemônicas, dissidentes e não padronizadas. E o termo Orgulho surge pela ideia de ressignificar a vergonha impetrada a este seguimento da população que historicamente vem tendo sua existência perseguida, marginalizada, criminalizada, demonizada e até

mesmo *patologizada* (como se fosse uma doença), e que, portanto, está submetida a violências específicas, que necessitam de ações também específicas para a proteção dessas pessoas.

É sempre muito controverso quando tentamos discutir sobre dados de violência contra pessoas LGBTI no país. Especialmente uma população que enfrenta diversas formas de violência direta e indireta, muitas vezes naturalizadas e que seguem enraizadas em nossa cultura. Violência específica, visto que sua motivação parte de uma ideia equivocada a respeito da forma com que pessoas LGBTI são vistas na sociedade.

Há de ser mencionado que faltam dados demográficos, estatísticos e governamentais sobre a violência contra a população LGBTI, em especial sobre a população trans, tendo em vista que sem o devido acolhimento essa população não efetiva a denúncia formal e, quando a faz, a vítima é qualificada como consta no documento civil, muitas vezes divergente de sua identidade de gênero.

Em fevereiro de 2017, a travesti Dandara dos Santos foi morta mediante pauladas, espancamento e tiros em Fortaleza/CE. Ela foi brutalmente torturada enquanto seus algozes a ofendiam pelo seu gênero e demonstravam ódio pela sua existência. O crime foi gravado e amplamente divulgado nas redes sociais gerando muita revolta. O Ceará foi o Estado mais matou Travestis e Transexuais do Brasil no mesmo ano (único estado que aparece nas listas de dados absolutos e em dados proporcionais da ANTRA). É que Matou Dandara, Herika e tantas outras travestis e transexuais de formas brutais e abomináveis. Para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, e nos procedimentos formalizados nos inquéritos policiais da Capital e Região Metropolitana daquele ano, não houve a identificação de nenhum crime ligado à LGBTIfobia [1].

Existe ainda um histórico de violações por parte de agentes e trabalhadores da segurança pública, seja no atendimento ou abordagem, mas também no reconhecimento das diversas formas de violência que esta população. O que torna difícil denunciar atos e mecanismos simbólicos de discriminação, violência psicológica, e mesmo violências físicas, visto que estas denúncias são constantemente enquadradas sem levar em conta o qualificador da LGBTIfobia, gerando subnotificação ou ausência de dados. Muitas vezes isso se deve ao despreparo do atendente para o atendimento da população Trans, outras ao preconceito institucional ao se deparar com uma vítima LGBTI.

Assim, é preciso garantir o devido atendimento em todas as delegacias por meio de formações periódicas, para garantir a criação e o cumprimento de um protocolo de atendimento às pessoas Trans [2]: regras corretas de abordagem e revista, além da garantia do emprego, respeito e uso correto do nome social e da identidade de gênero das pessoas Trans em todos os momentos em que seja necessário qualificar as partes e nos boletins de ocorrência.

E este é um dos principais motivos para a realização de levantamentos feitos pelas instituições da sociedade civil, e aqui cito a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), responsável pelo Dossiê da Violência e do assassinato contra pessoas Trans Brasileiras [3], lançado anualmente e que tem como objetivo denunciar os casos de violência e violações dos direitos humanos contra a população de Travestis e demais pessoas Trans. Feito de forma quantitativa, visto que não existem dados demográficos a respeito da população trans brasileira, e a partir da pesquisa dos casos em matérias de jornais e mídias vinculadas na internet, de forma manual, individual e diária. Muitos casos de notório conhecimento público, mas que não constam nos levantamentos governamentais, e que têm reafirmado a posição do Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo pelos últimos dez anos consecutivamente [4], quando comparado com outros 72 países de acordo com a instituição Transgender Europe (TGEu).

Os informes pretendem ainda garantir que as informações que vêm sendo construídas sejam atualizadas e utilizadas para serem pensadas formas de erradicar a transfobia, a travestifobia, a violência de gênero e outras violências diretas e indiretas contra a população Trans, assim como expor a omissão do Estado em tomar ações capazes de enfrentar este panorama e que vem ignorando as pesquisas e denúncias feitas pelas instituições que lutam pelos direitos humanos e da população LGBTI. Além de incentivar também a discussão sobre a urgência e necessidade de uma correta e sistemática aplicação dos efeitos da criminalização da LGBTIfobia [5] para o enfrentamento da impunidade e a geração de dados, assim como pensarmos em políticas públicas.

É importante frisar que tanto a subnotificação e a dificuldade de acesso a dados pela lei de acesso à informação, quanto a falta de dados a partir de agências reguladoras estatais e outros órgãos governamentais, são preocupantes, uma vez que, ao se abster de mapear ou informar sobre o transfeminicídio, o Estado se exime da responsabilidade de pautar políticas de segurança para esta população. Não acessar informações dos movimentos sociais a fim de gerar tais dados, tampouco se preocupar em levantá-los, é a maior demonstração de descaso com a nossa população, especialmente quando diversos órgãos abrem mão de incluir pessoas trans em seus levantamentos, como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), onde não constam informações sobre identidade de gênero dos atendimentos, ou mesmo no Dossiê Mulher e nos relatórios do Disque 100, exemplos de

publicações que lançam dados anualmente, sem se preocupar com um recorte que inclua e visibilize a violência contra a nossa população, apesar dos dados constantemente denunciados pelas organizações.

E as perguntas que ficam para reflexão são: A quem interessa a omissão destes números? A quais interesses atendem a deslegitimação dos dados produzidos pela sociedade civil? Porque as instituições da sociedade civil, mesmo de forma precária e sem apoio, conseguem mapear e alcançar números tão bem estruturados, e que aparecem como inexistentes na esfera governamental? Quais os caminhos podemos construir junto às instituições não-governamentais para a construção destes dados?

Para pensarmos em possíveis respostas, convido todas as pessoas, leitores e suas redes, a acessarem nosso trabalho e entender um pouco melhor sobre a sistematização destes dados e a sua importância para o enfrentamento da subnotificação e da violência LGBTIfóbica.

[1] <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/11/sspds-conclui-que-nao-houve-nenhuma-morte-por-homofobia-em-fortaleza.html>

[2] Cartilha de atendimento e abordagem da população LGBTI por agentes de segurança. Disponível em: <https://antrabrazil.les.wordpress.com/2020/03/manual-de-seguranc387a-pc39ablica-atendimento-e-abordagem-lgbti.pdf>

[3] Dossiê da Violência e do assassinato contra pessoas Trans Brasileiras. Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>

[4] Brasil lidera ranking de assassinato de pessoas trans nos últimos 10 anos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/01/brasil-lidera-ranking-de-assassinato-de-pessoas-trans-nos-ultimos-10-anos/>

[5] O que fazer em casos de LGBTIfobia a partir da Decisão do STF que reconheceu a violência contra a população LGBTI como racismo. Disponível em: [chrome-https://antrabrazil.les.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf](https://antrabrazil.les.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf)

### **Bruna Benevides**

Segunda-Sargenta da Marinha do Brasil, membra da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI (RENOSP-LGBTI) e autora do Dossiê da violência e dos assassinatos contra pessoas trans brasileiras através da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Autora de Manual de atendimento e abordagem da população LGBTI para agentes de segurança, da Cartilha de Segurança Pública para LGBTI e do Manual sobre como agir em casos de LGBTIfobia a partir do entendimento do STF sobre o reconhecimento da LGBTIfobia como crime de racismo

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs>

